VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E OS TIPOS PENAIIS ABORDADOS NA SOLUÇÃO DO PROBLEMA

*Nádia Sthefani Gomes Vilela*¹

*Bruno Pereira Malta*²

RESUMO

Este trabalho apresentará alguns tipos penais, a saber: estupro e atentado violento ao pudor, violação sexual mediante fraude e atentado ao pudor mediante fraude, assédio sexual dentre outros, que são abordados nos crimes de violência contra as mulheres nos espaços públicos. Este também irá apresentar um breve histórico da criação e da evolução das leis ao longo dos anos, para a punição dos praticantes de crimes sexuais contra as mulheres. Será priorizada a Lei 13.718/2018 pois ela tipifica o crime de importunação sexual e o crime de divulgação de cenas de estupro ou de cenas de estupro de vulnerável, de cena de sexo e de pornografia. Foi analisada a Lei 13.718/2018 a partir da indagação a respeito da sua relevância ou não, na hora de punir crimes praticados contra as mulheres nos espaços públicos. Para responder a esse questionamento foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. A partir das análises realizadas são apresentadas possibilidades de a lei realmente manter eficácia.

Palavras-chave: Tipos Penais. Violência. Espaços Públicos.

¹Acadêmica do nono período do curso de Direito, pela Universidade de Rio Verde- Campus Caiapônia, GO.

²Orientador, Especialista em Direito Processual Penal, Professor da Universidade de Rio Verde - Campus Caiapônia.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente discute-se sobre a relevância da Lei 13.718/2018, pois sua criação é questionada, porque existem leis suficientes para a punição dos praticantes dos atos de abuso da dignidade sexual praticados em local público, o que estava faltando era uma interpretação adequada destas. Uma das leis mais utilizadas contra este tipo de violência era a Lei de Importunação Ofensiva ao Pudor e a Lei de Violação Sexual Mediante Fraude. Outra discussão relevante é que muitas vezes os crimes praticados se encaixavam como estupro que possuía uma pena maior que a Lei nº 13.718/2018. E com a criação desta nova lei as punições seriam mais brandas. Diante dessa perspectiva, delimitou-se o seguinte tema: Violência contra a mulher nos espaços públicos e os tipos penais abordados na solução do problema.

A partir do que fora mencionado, questiona-se: A criação da Lei 13.718/2018 é relevante ou não, na hora de punir crimes praticados contra as mulheres nos espaços públicos?

Diante da problemática apresentada, levantou-se as seguintes hipóteses: a) a criação da Lei 13.718/2018 não é relevante pois já haviam leis suficientes para resolução dos crimes; b) as tipificações penais existentes anteriormente eram mal interpretadas e em decorrência disso ela não estava sendo o suficiente para a punição de tais crimes, então não seria necessário uma nova lei e sim uma nova interpretação; c) era necessário a criação de tal lei para que ela intermediasse a Lei de Estupro e a Lei de Importunação Ofensiva ao Pudor; e d) a criação da nova lei era necessária, para que os praticantes deste crime fossem punidos de forma mais árdua.

Esta pesquisa tem como principal fundamento a análise da possibilidade de que a Lei 13.718/18 seja ou não relevante na punição de pessoas que cometeram crime contra mulheres em espaços públicos, pois nos últimos tempos a quantidade de crimes praticadas nestes locais teve um crescimento significativo, porém a punibilidade de tais infratores ainda está baixa.

Através desta pesquisa várias mulheres terão mais conhecimento para saber quais atitudes elas poderão tomar, e qual lei possui maior relevância na hora da punição. A partir de tal estudo elas poderão buscar por mais justiça para si mesmas, e poderá haver uma possibilidade de tal esclarecimento favorecer o combate de tal crime.

2 O QUE É CRIME SEXUAL?

Segundo Waksman, Hirschheimer, Pleiffer (2018, p. 131) a “violência sexual pode ser definida como qualquer tipo de atividade de natureza erótica ou sexual que desrespeita o direito de escolha de um dos envolvidos. O direito de escolha pode ser suprimido por coação, por ascendência, por imaturidade.” Nesse sentido, é importante salientar que não é necessário que haja contato genital, para que ocorra o crime sexual, pode ser considerado este tipo de crime, por exemplo, um beijo roubado, a exposição a pornografia, o exibicionismo.

De acordo com os autores supracitados a violência sexual pode ser classificada como aguda e crônica. A violência sexual aguda é mais praticada contra adolescentes e mulheres adultas, por pessoas que geralmente são desconhecidas, e utilizam com frequência a violência física ou ameaças. E a violência crônica é praticada por pessoas conhecidas, e geralmente ocorre com crianças, nestes casos, os atos sexuais vão aumentando de frequência com o tempo, e os agressores irão utilizar a sedução e com isso gerar um sentimento de culpa na criança WAKSMAN, HIRSCHHEIMER, PLEIFFER (2018).

2.1 BREVE HISTÓRICO EM RELAÇÃO AOS CRIMES SEXUAIS

Os crimes sexuais acontecem desde os primórdios da civilização, porém deve ser observada a época, a condição da vítima, a sanção penal que o agressor sofria, e o grupo social ao qual a vítima pertencia. Mesmo com tudo isso é existente diversas semelhanças entre algumas épocas e alguns grupos sociais, principalmente em relação à honra e à moral das mulheres na época em que o crime fora configurado.

Até os dias atuais, de acordo com inúmeros relatos, acredita-se que o Código de Hamurabi tenha sido o primeiro código escrito existente. E neste Código já havia previsão em relação ao crime sexual, em seu art. 130 trazia o seguinte enunciado “Se alguém viola a mulher que ainda não conheceu homem e vive na casa paterna e tem contato com ela e é surpreendido, este homem deverá ser morto, a mulher irá livre.” E assim por todo o mundo começou a existir inúmeros leis escritas e em inúmeros casos é perceptível a citação em relação aos crimes sexuais.

No Brasil, no período colonial, há inúmeros relatos de que a violência sexual foi um dos pilares da colonização espanhola e portuguesa, pois as mulheres nativas e as negras eram vistas como propriedades dos colonizadores. E naquela época crimes como estupro e violência sexual eram punidos de forma vergonhosa, pois pra quem não era temente a Deus a pena poderia ser

a morte, mas para quem estuprasse ou violentasse uma mulher a pena era paga com multa na forma de uma galinha.

Já no período que compreende a sua formação, foram existentes as Ordenações, que eram compilados de textos editados pelos reis da época, podemos citar as Ordenações Manuelinas e as Ordenações Filipinas (ORDENAÇÕES, 2017). Nas ordenações Filipinas que foi a última deste período estava presente punição para quem cometesse o estupro, mesmo que na época ele não fosse assim denominado. O Livro V, Título XVIII, traz que:

Todo homem, de qualquer estado e condição que seja, que forçosamente dormir com qualquer mulher posto que ganhe dinheiro per seu corpo, ou seja escrava, morra por ello. E posto que o forçador depois do maleficio feito case com-a mulher forçada e aindaque o casamento seja feito per vontade della, não será relevado da dila pena, mas morrerá, assi como se com ella não houvesse casado.

Então se o homem cometesse o crime, e resolvesse se casar com a moça, ele iria sofrer a penalidade da mesma forma, mesmo que a mulher tenha tivesse com o casamento.

Logo após as Ordenações o Brasil teve a Constituição de 1824, e depois ele teve o Código Criminal do Império (1830). Em seu capítulo II, era tratado Dos Crimes Contra a Segurança da Honra, e na Secção I ele tratava do crime de Estupro. Veja a seguir os artigos previstos nesta seção:

Art. 219. Deflorar mulher virgem, menor de dezasete annos.

Penas - de desterro para fóra da comarca, em que residir a deflorada, por um a tres annos, e de dotar a esta.

Seguindo-se o casamento, não terão lugar as penas.

Art. 220. Se o que commetter o estupro, tiver em seu poder ou guarda a deflorada.

Penas - de desterro para fóra da provincia, em que residir a deflorada, por dous a seis annos, e de dotar esta.

Art. 221. Se o estupro fôr commettido por parente da deflorada em gráo, que não admitta dispensa para casamento.

Penas - de degredo por dous a seis annos para a provincia mais remota da em que residir a deflorada, e de dotar a esta.

Art. 222. Ter copula carnal por meio de violencia, ou ameaças, com qualquer mulher honesta.

Penas - de prisão por tres a doze annos, e de dotar a offendida.

Se a violentada fôr prostituta.

Penas - de prisão por um mez a dous annos.

Art. 223. Quando houver simples offensa pessoal para fim libidinoso, causando dôr, ou algum mal corporeo a alguma mulher, sem que se verifique a copula carnal.

Penas - de prisão por um a seis mezes, e de multa correspondente á metade do tempo, além das em que incorrer o réo pela offensa.

Art. 224. Seduzir mulher honesta, menor dezasete annos, e ter com ella copula carnal.

Penas - de desterro para fóra da comarca, em que residir a seduzida, por um a tres annos, e de dotar a esta.

Art. 225. Não haverão as penas dos tres artigos antecedentes os réos, que casarem com as ofendidas (Código Criminal do Império,1830).

Nota-se que o estupro é mencionado somente nos arts.220 e 221, nos demais se trata de cópula carnal ou ato libidinoso. Também é possível notar que as penas aplicadas nos casos dos crimes contra prostitutas são menores que as demais.

O Código Penal de 1890 trouxe diversas mudanças, como o banimento da pena de morte, e outras penas severas, e introduziu a definição legal do que seria o crime sexual e a presunção de violência nestes crimes. Em seus arts. 266 a 269, ele traz quais atos poderiam ser considerados como crime sexual e as penas as quais os criminosos seriam impostos, sendo que nenhum crime possuía pena menor que 1 (um) ano.

E por fim, o Código Penal de 1940, que é o vigente até os dias atuais, que em seu Título VI, traz os Crimes contra a Dignidade Sexual, ao qual no artigo 213 vem falando do estupro, onde a pena base é de 6 a 10 anos (RIO DE JANEIRO, 1940). E após este Código foram criadas diversas leis às quais visavam a proteção das mulheres.

2.2 O CÓDIGO PENAL E OS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

2.2.1 Estupro e atentado violento ao pudor

Como visto anteriormente o crime de estupro vem sendo tipificado desde os primórdios da Civilização Brasileira, mesmo que seja com denominação diferente. Atualmente ele está previsto no artigo 213 que traz “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”, a pena do mesmo é reclusão de 6 a 10 anos. Se desta conduta houver lesão corporal grave ou se a vítima possuir de 14 a 18 anos, a pena será de 8 a 12 anos. Em caso de morte, a pena será de 12 a 30 anos.

O crime de atentado violento ao pudor foi revogado pela Lei. 12.015 de 07 de agosto de 2009. Ele estava presente no artigo 214 do Código Penal.

2.2.2 VIOLAÇÃO SEXUAL MEDIANTE FRAUDE E ATENTADO AO PUDOR MEDIANTE FRAUDE

Está previsto no artigo 215, do Código Penal, que traz o seguinte enredo:

Art. 215. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

Parágrafo único. Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa” (RIO DE JANEIRO, 1940).

Então não se trata somente de conjunção carnal, mas também de qualquer outro ato libidinoso praticado mediante fraude praticado contra a vítima. Uma das fraudes mais praticadas diz respeito aos líderes religiosos que dizem que a conjunção carnal é a solução para os problemas das vítimas ou que até mesmo ele teve uma visão divina em relação a isso. A pena para este tipo de crime é de 2 a 6 anos de reclusão. Mas, se o crime for praticado com intenção de obter uma vantagem econômica, este também será aplicado com o acréscimo de uma multa.

O atentado ao pudor mediante fraude estava previsto no artigo 216 do Código Penal, mas este já fora revogado pela Lei nº 12.015, de 2009 (BRASIL, 2009).

2.2.3 Assédio sexual

O assédio sexual está previsto no artigo 216-A do Código Penal que nos traz a seguinte tipificação: “Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” (RIO DE JANEIRO, 1940).

Este diz respeito ao assédio sofrido em locais de trabalho, quando uma pessoa que possui um cargo mais alto, busca constranger uma de cargo mais baixo com o intuito de se conseguir uma vantagem sexual. A pena é de detenção de um a dois anos, e se a vítima for menos de dezoito anos, a pena é aumentada em até um terço.

2.2.4 Importunação sexual

A Lei 13.718/2018 tipifica o crime de importunação sexual e o crime de divulgação de cenas de estupro ou de cenas de estupro de vulnerável, de cena de sexo e de pornografia. Ela também traz importantes mudanças em algumas regras dos crimes contra a dignidade sexual, como por exemplo, ela tornou pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulneráveis. Ela também estabeleceu causas de aumento de pena para estes crimes.

Foi acrescentado no Código Penal, no artigo 215-A o delito de importunação sexual e seu enredo nos traz o seguinte: “Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”. A pena é de reclusão de 1 a 5 anos, se o ato não constituir crimes mais graves.

Neste caso, ato libidinoso é qualquer ato de cunho sexual que gere no praticante do crime, satisfação dos desejos sexuais. E a lascívia é o prazer sexual.

Um exemplo bem comum para este tipo de crime é o caso que ocorreu em São Paulo, com uma jovem, que havia pegado um ônibus para ir trabalhar e um outro passageiro ejaculou em seu pescoço. Outro exemplo seria o toque, ou se esfregar em outra pessoa sem o consentimento da mesma.

2.3 DIVULGAÇÃO DE CENA DE ESTUPRO OU DE CENA DE ESTUPRO DE VULNERAVÉL, DE CENA DE SEXO OU DE PORNOGRAFIA

Este crime está tipificado no artigo 218-C, sua pena é reclusão de 1 a 5 anos, se não constituir crime mais grave, este artigo nos traz o seguinte:

218-C. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia

Alguns doutrinadores dividem este crime em duas partes. Cavalcante (2018, s.p.) faz o seguinte discernimento:

1ª parte

O agente...

- oferece, disponibiliza ou divulga
- de qualquer forma (gratuitamente ou não)
- por qualquer meio (digital ou não)

- pela internet ou fora dela
- fotografia, vídeo ou qualquer registro audiovisual
- que contenha cena de estupro (art. 213 do CP)
- ou cena de estupro de vulnerável envolvendo as pessoas do §1º do art. 217-A
- ou cena que faça apologia ('propaganda') ou induza a sua prática.

2ª parte

O agente...

- oferece, disponibiliza ou divulga
- de qualquer forma (gratuitamente ou não)
- por qualquer meio (digital ou não)
- pela internet ou fora dela
- fotografia, vídeo ou qualquer registro audiovisual
- que contenha cena de sexo, nudez ou pornografia
- sem que a(s) pessoa(s) que está(ão) aparecendo na fotografia ou vídeo tenha(m) autorizado a sua publicação.

A diferença é que na primeira parte o agente irá divulgar uma cena de estupro ou uma cena que induza ao estupro, e na segunda parte o agente está divulgando uma cena de sexo sem o consentimento das pessoas que estão presentes no vídeo. Em ambos os casos a pessoa que recebeu o vídeo e o guardou para si mesmo não irá ser penalizado.

Se as cenas de sexo divulgadas ocorreram com um adulto o crime irá ser enquadrado no artigo 218-C do Código Penal, porém se for com criança ou adolescente o crime será enquadrado nos artigos 241 e 241-A do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990).

A pena será aumentada de um terço $\frac{1}{3}$ a dois terços $\frac{2}{3}$ se o crime é praticado por quem mantém ou tenha mantido relação com a vítima ou com intuito de vingança ou de humilhação.

Não haverá crime se quem praticar as condutas do *caput* do artigo mencionado o fizer por meio jornalístico, científico, cultural ou acadêmico, se não for possível a identificação da vítima, e com autorização da mesma, se ela for maior de dezoito anos.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as leis que englobam o crime contra a dignidade sexual e algumas alterações sofridas ao longo dos anos, buscando maior percepção de quando elas devem ser aplicadas, ou se elas são mais benéficas para o agente do crime ou para a vítima.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Avaliar todas as leis em relação ao crime de dignidade sexual, e a Lei 13.718/2018, para se ter uma visão mais abrangente.
- Analisar, nesse contexto, se a criação desta tenha sido mais benéfica para o agente que praticou o crime ou para a vítima dele.
- Demonstrar se a criação foi mesmo necessária, ou se houve falta de interpretação por parte dos aplicadores da lei.

4 METODOLOGIA

Lakatos e Marconi (2003, p.44) dizem que “a pesquisa bibliográfica compreende oito fases distintas: a) escolha do tema; b) elaboração do plano de trabalho; c) identificação; d) localização; e) compilação; f) fichamento; g) análise e interpretação; h) redação.”

Quanto aos procedimentos para obtenção dos dados desse estudo, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental em livros, artigos, sites da internet, e por meio de leis. Também foi utilizado diversos doutrinadores de diferentes áreas de atuação.

Segundo Gil (2008) pesquisa bibliográfica é o estudo de um material que já está pronto, por exemplo, livros. A vantagem da pesquisa bibliográfica é que por ela já estar pronta facilita os estudos, por que não será necessário investigar a matéria estudada desde o início.

Este estudo é qualitativo, pois ele irá trazer dados que ajudarão a compreender de maneira mais fácil a complexidade do assunto abordado e trará mais dados deste assunto que complementam a compreensão (GIL, 2008).

5 ANÁLISES E DISCUSSÃO

De acordo com o que fora apresentado acima fica explícito que os crimes sexuais acontecem desde os primórdios da Terra, porém as leis para punir este tipo de crime foram criadas a poucos anos, e de acordo com as mudanças sofridas pela sociedade essas leis também foram se modificando.

Mas mesmo sofrendo modificações ao longo desses anos, muitos destes crimes não são punidos de forma adequada, principalmente os crimes que ocorrem nos transportes públicos, e muitas vezes com testemunhas e à luz do dia, como casos em que homens ejaculam em mulheres dentro de transportes públicos.

Para cobrir esta brecha em relação à impunibilidade foi criada a Lei 13.718/2018, que causou um grande alvoroço a respeito da sua necessidade ou não.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa realizada a criação da Lei 13.718/2018, foi necessária para a punição da violência da mulher nos espaços públicos, pois ela traz um texto de fácil compreensão e que se encaixa nestes tipos de crime, pois pelos enunciados das Lei de Importunação Ofensiva ao Pudor e a Lei de Violação Sexual Mediante Fraude, era mais difícil de encaixar a violência em espaços públicos.

Mas também é perceptível que os legisladores cometeram uma falha ao colocar a pena da nova lei, menor que a pena das leis antigas. Isto porque, com a diminuição da pena muitos a consideram ínfima e não ficam amedrontados de continuarem praticando esses crimes, e com isso o número de crimes praticados aumenta de forma preocupante.

*VIOLENCE AGAINST WOMEN IN PUBLIC SPACES AND THE CRIMINAL
TYPES ADDRESSED IN SOLVING THE PROBLEM*

ABSTRACT

This work will present some criminal types, namely: rape and indecent assault, sexual assault through fraud and indecent assault through fraud, sexual harassment, among others, which are addressed in crimes of violence against women in public spaces. It will also present a brief history of the creation and evolution of laws over the years, for the punishment of those who commit sexual crimes against women. Law 13,718/2018 will be prioritized as it typifies the crime of sexual harassment and the crime of disclosing rape scenes or vulnerable rape scenes, sex scenes and pornography. Law 13,718/2018 was analyzed based on the question about its relevance or not, when punishing crimes committed against women in public spaces. To answer this question, a qualitative bibliographic research was developed. Based on the analyzes carried out, possibilities are presented for the law to really maintain effectiveness.

Keywords: Criminal types. Violence. Public spaces.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 13.718 de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). *Diário Oficial [da] República Federativa*. Brasília, DF, 24 de set. de 2018. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm.> Acesso em: 15 maio. 2021.

_____. Lei 12.015 de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5o da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1o de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. *Diário Oficial [da] República Federativa*. Brasília, DF, 7 de ago. de 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm> Acesso em: 15 abr. 2021.

_____. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa*. Brasília, DF, 13 de jul. de 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.069%2C%20DE%2013%20DE%20JULHO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da,Adolescente%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,%C3%A0%20crian%C3%A7a%20e%20ao%20adolescente.&text=Nos%20casos%20expressos%20em%20lei,e%20um%20anos%20de%20idade.> Acesso em: 15 abr. 2021.

CAVALCANTE, M. A. L. *Legislação: As mudanças nos crimes sexuais promovidas pela Lei nº 13.718/2018*. Disponível em: < <https://crianca.mppr.mp.br/pagina-2165.html#>> Acesso em: 25 out. 2020

CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO (1830). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm > Acesso em: 03 de nov. 2020.

CÓDIGO DE HAMURÁBI. Disponível em: < http://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/Normas_Direitos_Humanos/C%C3%93DIGO%20DE%20HAMURABI.pdf> Acesso em: 01 nov. 2020

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2003.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. 2017. Disponível em: < <https://orabujo.files.wordpress.com/2017/11/ordenac3a7c3b5es-filipinas-005.pdf> > Acesso em: 20 de out. 2020

RIO DE JANEIRO. Presidência da República. Decreto Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, DF, 07 de dez. de 1940. Não paginado. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm >. Acesso em: 20 maio 2020.

WAKSMAN, R. D.; HIRSCHHEIMER, R. M.; PLEIFFER, L. *Manual de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência*. 2. ed. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2018.